

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS, PAISAGENS ALIMENTARES E SISTEMAS DE
ABASTECIMENTO: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DA FOME E DAS
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS**

Sidney Gonçalves Vieira

Projeto de Pesquisa submetido ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Chamada CNPq Nº 23/2025 Bolsas de Produtividade do CNPq, modalidade Produtividade em Pesquisa (PQ).

Pelotas, 2025

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

- 2.1 Problema de Pesquisa
- 2.2 Justificativa
- 2.3 Relevância Científica e Originalidade
 - 2.3.1 Relevância científica
 - 2.3.2 Originalidade

3 OBJETIVOS E HIPÓTESES

- 3.1 Objetivo Geral
- 3.2 Objetivos Específicos

4 HIPÓTESES DE PESQUISA

- 4.1 Hipótese estrutural
- 4.2 Hipótese política
- 4.3 Hipótese espacial
- 4.4 Hipótese metodológica
- 4.5 Hipótese empírica

5 METODOLOGIA

- 5.1 Método
- 5.2 Estratégia Metodológica Geral
 - 5.2.1 Análise Documental
 - 5.2.2 Análise de Conteúdo
 - 5.2.3 Estudo de Caso
 - 5.2.4 Classificação de Tipologias Comerciais
 - 5.2.5 Análise Espacial
 - 5.2.6 Pesquisa de Campo
 - 5.2.7 Triangulação Metodológica

6 CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS

- 6.1 Impacto Acadêmico
- 6.2 Impacto Social
- 6.3 Formação de Recursos Humanos

7 CRONOGRAMA

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

9 REFERÊNCIAS

POLÍTICAS PÚBLICAS, PAISAGENS ALIMENTARES E SISTEMAS DE ABASTECIMENTO: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DA FOME E DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Sidney Gonçalves Vieira

RESUMO

A fome, longe de constituir um fenômeno conjuntural ou episódico, manifesta-se como expressão estrutural das contradições do modo de produção capitalista, articulando desigualdades socioeconômicas, alienação das práticas alimentares e segregação socioespacial. Este projeto propõe analisar, no horizonte da crítica da economia política e da geografia urbana crítica, como as políticas públicas de combate à fome — tais como o PAA, o Alimenta Cidades e as cozinhas comunitárias — operam como mediações contraditórias entre Estado, mercado e reprodução social, produzindo efeitos específicos nas paisagens alimentares urbanas. A investigação articula análise documental, análise de conteúdo, análise espacial, tipologias comerciais autorais, entrevistas e trabalho de campo, em abordagem metodológica híbrida (estudo de caso e dialética). Busca-se compreender como os sistemas de abastecimento e as políticas públicas se expressam territorialmente, revelando padrões de desigualdade, desertos e pântanos alimentares e dinâmicas urbanas que reforçam ou mitigam a fome estrutural. Os resultados esperados incluem a produção de novos referenciais teóricos para a geografia alimentar crítica, modelos metodológicos replicáveis, cartografias das paisagens alimentares e análises detalhadas das políticas públicas. A pesquisa pretende contribuir para o avanço da ciência geográfica, para o aperfeiçoamento das políticas de segurança e soberania alimentar e para o enfrentamento das desigualdades alimentares no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Paisagens Alimentares. Políticas Públicas. Abastecimento Alimentar. Fome. Desigualdades Socioespaciais.

**PUBLIC POLICIES, FOODSCAPES AND FOOD SUPPLY SYSTEMS: A
STRUCTURAL ANALYSIS OF HUNGER AND SOCIO-SPATIAL
INEQUALITIES**

ABSTRACT

Hunger, far from being a conjunctural or episodic phenomenon, emerges as a structural expression of the contradictions of the capitalist mode of production, articulating socioeconomic inequalities, the alienation of food practices, and socio-spatial segregation. This project analyzes, within the framework of the critique of political economy and critical urban geography, how public policies aimed at combating hunger — such as the PAA, Alimenta Cidades, and community kitchens — operate as contradictory mediations between the state, the market, and social reproduction, producing specific effects on urban foodscapes. The research combines documentary analysis, content analysis, spatial analysis, an original commercial typology, interviews, and fieldwork, following a hybrid methodological approach (case study and dialectical perspective). The objective is to understand how food systems and public policies are territorially expressed, revealing patterns of inequality, food deserts and swamps, and urban dynamics that reinforce or mitigate structural hunger. Expected outcomes include theoretical advancements in critical food geography, replicable methodological models, detailed cartographies of foodscapes, and analyses of public policies. The project contributes to geographic science, to the improvement of food security and sovereignty policies, and to the broader debate on feeding inequalities in contemporary Brazil.

Key-words: Foodscapes. Public Policies. Food Supply Systems. Hunger. Socio-spatial Inequalities.

1 INTRODUÇÃO

A fome e as desigualdades alimentares constituem alguns dos problemas sociais mais persistentes e graves das sociedades contemporâneas, assumindo centralidade no debate público brasileiro ao longo das últimas décadas. Embora frequentemente tratadas como insuficiências conjunturais ou como falhas de determinados governos, estas manifestações possuem raízes profundas em processos estruturais de reprodução social, vinculados à forma capitalista de produção. Assim, compreender a fome exige superar abordagens estritamente quantitativas ou biomédicas, incorporando perspectivas que articulem economia política, relações de classe, formas de alienação, práticas alimentares, políticas públicas e espacialidades urbanas.

No campo da geografia, a alimentação tem emergido como tema de grande relevância, especialmente quando analisada por meio das paisagens alimentares — formações socioespaciais que sintetizam práticas, estruturas e relações sociais que organizam o acesso aos alimentos. As paisagens alimentares revelam a materialidade das desigualdades, pois expressam como os sistemas de abastecimento, a mobilidade urbana, a renda, o trabalho, a cultura alimentar e a ação estatal se territorializam, produzindo condições desiguais de acesso ao alimento adequado. Nesse contexto, políticas públicas de combate à fome — como o PAA, o Alimenta Cidades, as cozinhas comunitárias e outros programas integrantes do SISAN — representam mediações estatais fundamentais para mitigar efeitos imediatos da insegurança alimentar. Contudo, tais políticas se inscrevem em uma estrutura econômica e social contraditória, que simultaneamente exige sua existência e limita sua eficácia. Elas operam dentro dos marcos da reprodução social capitalista, o que lhes confere capacidade mitigadora, mas não emancipatória.

Este projeto propõe analisar como essas políticas públicas se articulam às dinâmicas dos sistemas alimentares urbanos e às paisagens alimentares, revelando contradições, limites, potencialidades e desigualdades socioespaciais. A pesquisa adota uma abordagem metodológica híbrida (Yin + dialética), integrando análise documental, análise de conteúdo, análise espacial, tipologias comerciais, entrevistas e trabalho de campo, a fim de construir uma explicação totalizante das paisagens alimentares urbanas e da fome estrutural no Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Problema de Pesquisa

A fome, enquanto fenômeno histórico e social, não pode ser compreendida como resultado de falhas conjunturais, insuficiências administrativas ou carências excepcionais de determinados períodos governamentais. No horizonte da crítica da economia política, bem como na tradição da geografia crítica e da sociologia da alimentação, a fome se constitui como expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista, resultante da lógica de acumulação, da produção sistemática de desigualdades e da alienação das práticas alimentares no interior da reprodução social. Como demonstram autores clássicos e contemporâneos, reunidos especialmente na obra de José Ribeiro Júnior, a fome se manifesta como permanência histórica, e não como acidente administrativo; como resultado da forma social de produção, e não como disfunção técnica sanável; como expressão extrema da alienação, em que a relação humana com o alimento é reduzida à mera necessidade biológica, destituída de seus conteúdos sociais e culturais.

Nesse sentido, a análise da fome e da insegurança alimentar nas sociedades capitalistas demanda compreender não apenas os fatores imediatos que condicionam o acesso desigual aos alimentos, mas também as determinações estruturais que organizam a produção, circulação e consumo de bens alimentares. As paisagens alimentares urbanas, nesse contexto, constituem formações socioespaciais que expressam materialmente tais contradições: nelas se manifestam desigualdades históricas, formas diferenciadas de acesso, circuitos curtos e longos de abastecimento, redes formais e informais de comércio, políticas públicas e práticas comunitárias. Essas paisagens revelam, por sua vez, processos de segregação alimentar, em que a possibilidade de adquirir, preparar e consumir alimentos adequados não se distribui de modo homogêneo no território, mas é diretamente condicionada por renda, classe social, localização urbana, estrutura de mobilidade, oferta comercial e infraestrutura pública.

As políticas públicas de combate à fome — como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cozinhas comunitárias, Alimenta Cidades, restaurantes populares e outras iniciativas vinculadas ao SISAN — emergem historicamente como mediações capazes de mitigar os efeitos mais imediatos das contradições estruturais que produzem

fome e insegurança alimentar. Contudo, essas políticas operam dentro dos limites impostos pela forma social capitalista e, portanto, apresentam modos específicos de atuação territorial, alcances limitados, contradições internas e diferentes capacidades de reorganização das paisagens alimentares. Sua presença no território não elimina as determinações estruturais, mas pode produzir rearranjos, redistribuições parciais, deslocamentos de centralidades, criação de novos espaços alimentares e dinâmicas que alteram, reforçam ou tensionam os padrões de segregação existentes.

Assim, compreender as relações entre fome, políticas públicas, paisagens alimentares e segregação exige articular as dimensões estruturais — que determinam a produção social da fome — com as dimensões territoriais concretas — que configuram materialmente o acesso desigual aos alimentos. Exige também analisar como as políticas públicas, ao entrarem na trama da reprodução social, operam simultaneamente como instrumentos de enfrentamento da fome e como mecanismos inscritos em um contexto mais amplo de contradições socioeconômicas, urbanas e espaciais.

É nesse horizonte que se insere o problema central deste projeto: a necessidade de explicar como as políticas públicas de combate à fome, enquanto mediações históricas no interior de uma totalidade social contraditória, interagem com os sistemas alimentares urbanos e com as dinâmicas socioespaciais que produzem desigualdades no acesso aos alimentos, configurando paisagens alimentares marcadas por formas específicas de alienação e segregação.

Resumidamente se pode então formular a seguinte questão geral de pesquisa: como as políticas públicas de combate à fome, atuando como mediações no interior de contradições estruturais do modo de produção capitalista, se articulam às dinâmicas dos sistemas alimentares urbanos e produzem seus efeitos nas paisagens alimentares, especialmente na forma de desigualdades, alienação e segregação das práticas alimentares?

2.2 Justificativa

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender, de modo aprofundado e rigoroso, a fome e as desigualdades alimentares como fenômenos estruturais da sociedade capitalista contemporânea, manifestando-se territorialmente nas cidades por meio de paisagens alimentares profundamente desiguais. A reemergência da fome no

Brasil, sobretudo a partir de 2015 e intensificada nos anos subsequentes, evidenciou não apenas vulnerabilidades conjunturais, mas também fragilidades estruturais no sistema alimentar, na política pública e na organização socioespacial urbana.

As paisagens alimentares constituem sínteses materiais e simbólicas de processos históricos, econômicos e sociais que organizam o acesso aos alimentos; revelam tanto as desigualdades de renda e classe quanto a distribuição desigual de equipamentos, serviços e oportunidades no território. Nelas se materializam contradições que vão muito além da oferta ou disponibilidade de alimentos: expressam tensões entre capital e trabalho, entre Estado e mercado, entre práticas comunitárias e processos de mercantilização da vida cotidiana.

Ao mesmo tempo, as políticas públicas de combate à fome — como o PAA, o Alimenta Cidades, as cozinhas comunitárias e outros programas integrantes do SISAN — ganharam centralidade no debate público brasileiro e se tornaram objeto de esforços institucionais, acadêmicos e comunitários. Apesar de sua importância histórica e social, ainda há lacunas significativas no entendimento de seu papel territorial, de seus efeitos na reorganização dos sistemas de abastecimento, e de sua capacidade de mitigar ou transformar padrões de segregação alimentar.

Nesse contexto, a presente pesquisa se justifica pela urgência científica e social de articular, em um quadro teórico-metodológico robusto, a crítica da economia política, a análise das políticas públicas e a investigação das paisagens alimentares, considerando a fome como expressão estrutural da reprodução social e as desigualdades alimentares como manifestações espaciais dessa estrutura. Trata-se de um tema de alta relevância para as ciências humanas e sociais, para os estudos urbanos e para o campo da geografia alimentar.

2.3 Relevância Científica e Originalidade

2.3.1 Relevância científica

A relevância científica do projeto se expressa em múltiplas dimensões. Em primeiro lugar, a pesquisa avança no debate teórico sobre a fome e a alimentação ao reafirmar e atualizar uma perspectiva crítica — fundamentada no materialismo histórico-dialético — capaz de explicar as determinações estruturais que organizam a produção social da fome. O diálogo com autores como Marx, Engels, Harvey, Santos, Lefebvre e José Ribeiro Júnior

oferece densidade teórica e coerência epistemológica ao estudo, permitindo superar abordagens estritamente descritivas, tecnicistas ou funcionalistas.

Em segundo lugar, o projeto contribui para o desenvolvimento da geografia alimentar crítica, campo emergente e ainda pouco consolidado no Brasil. A leitura das paisagens alimentares como sínteses socioespaciais fornece um aporte original para compreender como se materializam desigualdades, contradições estruturais e limites das ações estatais. Ao integrar conceitos de reprodução social, alienação das práticas alimentares e segregação socioespacial, o estudo amplia o escopo teórico dos trabalhos sobre segurança e soberania alimentar.

Em terceiro lugar, a abordagem metodológica adotada — que combina estudo de caso rigoroso (Yin), método dialético, análise espacial, análise documental, tipologias comerciais e entrevistas — representa inovação relevante no campo dos estudos urbanos e alimentares. A triangulação entre métodos qualitativos, quantitativos e espaciais reforça a densidade empírica e a capacidade explicativa da investigação, oferecendo uma metodologia robusta e replicável para outras cidades e contextos.

Finalmente, a pesquisa possui relevância ao produzir conhecimento aplicável para o aperfeiçoamento das políticas públicas de combate à fome e da segurança alimentar e nutricional. Ao evidenciar como tais políticas se territorializam, revelando desigualdades, tensões e limites, o estudo contribui para a construção de estratégias estatais e sociais mais eficazes, coerentes e territorializadas.

2.3.2 Originalidade

A originalidade deste projeto está assentada em pelo menos cinco dimensões fundamentais.

Primeiro, o projeto adota um enquadramento estrutural da fome, compreendendo-a não como insuficiência conjuntural nem como falha administrativa, mas como expressão das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Essa abordagem, dialogando diretamente com José Ribeiro Júnior, permite superar leituras reducionistas ou positivistas que limitam a análise da alimentação à oferta, disponibilidade ou logística.

Segundo, o estudo propõe uma leitura crítica das paisagens alimentares urbanas, interpretando-as como sínteses socioespaciais que revelam desigualdades estruturalmente

produzidas. Em vez de limitar-se ao mapeamento descritivo de estabelecimentos, o projeto analisa as paisagens alimentares como expressão territorial das contradições entre capital, trabalho, Estado e reprodução social.

Terceiro, o projeto oferece uma inovação metodológica ao integrar rigorosamente o estudo de caso de Yin com o método dialético. Essa articulação permite compreender simultaneamente a particularidade empírica do caso e sua inserção na totalidade social, evitando localismos metodológicos e possibilitando o desenvolvimento de explicações profundas e totalizantes.

Quarto, destaca-se a incorporação de uma tipologia comercial autoral, construída pelo próprio pesquisador, que qualifica a análise dos sistemas de abastecimento e permite identificar relações estruturais entre organização comercial, acessibilidade alimentar e desigualdades socioespaciais.

Quinto, a triangulação metodológica proposta — articulando análises documentais, análises de conteúdo, métodos qualitativos, técnicas de geoprocessamento e estudo de caso — constitui inovação relevante no campo da geografia crítica, oferecendo ferramentas replicáveis para o estudo de outros territórios urbanos.

Dessa forma, o projeto apresenta originalidade teórica, metodológica e empírica, destacando-se no cenário nacional da geografia crítica e contribuindo significativamente para o avanço interdisciplinar dos estudos sobre alimentação, espaço e políticas públicas.

3 OBJETIVOS E HIPÓTESES

3.1 Objetivo Geral

Compreender, no horizonte da crítica da economia política e da geografia urbana crítica, como as políticas públicas de combate à fome se articulam às contradições estruturais da reprodução social capitalista e se manifestam territorialmente nas paisagens alimentares urbanas, produzindo, mitigando ou reorganizando formas específicas de alienação, desigualdade e segregação das práticas alimentares.

3.2 Objetivos Específicos

1. Examinar os fundamentos estruturais que articulam fome, alienação das práticas alimentares e reprodução social capitalista.

Buscar-se-á investigar os processos históricos e sociais que determinam a produção da fome e da insegurança alimentar como expressões da forma social capitalista, enfatizando sua relação com a alienação das práticas alimentares e com as condições de reprodução social.

2. Analisar as paisagens alimentares urbanas como formações socioespaciais que expressam materialmente desigualdades estruturais.

O objetivo é mapear e interpretar as paisagens alimentares como sínteses socioespaciais, que manifestam desigualdades urbanas, segregação alimentar e dinâmicas espaciais contraditórias associadas à forma de produção capitalista.

3. Analisar a atuação das políticas públicas de combate à fome como mediações contraditórias entre Estado, mercado e reprodução social.

Pretende-se compreender como políticas como PAA, cozinhas comunitárias, Alimenta Cidades e iniciativas do SISOAN operam no território, mitigando ou reforçando desigualdades estruturais.

4. Aplicar a tipologia comercial autoral na interpretação dos sistemas de abastecimento.

A tipologia permitirá qualificar a análise de estabelecimentos alimentares, categorias de comércio, grau de acesso e impactos sobre desigualdades no território urbano.

5. Avaliar como, no estudo de caso, as políticas públicas reconfiguram (ou não) as paisagens alimentares.

O objetivo é identificar, empiricamente, as condições sob as quais essas políticas produzem rearranjos, mudanças territoriais, novos circuitos de abastecimento ou reforço de desigualdades.

4 HIPÓTESES DE PESQUISA

4.1. Hipótese estrutural:

A fome e a insegurança alimentar não derivam de insuficiências conjunturais, mas constituem fenômenos estruturais da reprodução social capitalista.

4.2. Hipótese política:

As políticas públicas de combate à fome operam como mediações limitadas, capazes de mitigar efeitos, mas não de eliminar as contradições estruturais que produzem a fome.

4.3. Hipótese espacial:

As paisagens alimentares urbanas constituem expressões materiais das contradições estruturais, revelando segregação alimentar, desigualdades de acesso e padrões de vulnerabilidade territorial.

4.4. Hipótese metodológica:

A tipologia comercial autoral constitui instrumento eficaz para interpretar desigualdades alimentares e dinâmicas territoriais associadas aos sistemas de abastecimento.

4.5. Hipótese empírica:

O estudo de caso não representa excepcionalidade local, mas expressão territorial de tendências estruturais gerais, permitindo compreender a relação entre políticas públicas e desigualdades alimentares.

5 METODOLOGIA

5.1 Método

A presente pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, entendido não como um conjunto rígido de procedimentos, mas como um horizonte teórico-metodológico capaz de apreender a realidade social em sua totalidade, por meio da análise das contradições, da historicidade e da articulação entre estrutura e agência. A fome, as desigualdades alimentares, as paisagens alimentares urbanas e as políticas públicas são analisadas como expressões de determinações estruturais da reprodução social capitalista, que se manifestam no espaço.

O método dialético permite compreender a alimentação não como mero ato biológico, mas como prática social inserida em relações de produção, circulação e consumo, atravessada por desigualdades e formas de alienação. A análise da fome como fenômeno estrutural inscreve-se no movimento teórico que articula totalidade, mediações

e particularidades empíricas, evitando tanto reducionismos economicistas quanto abordagens descritivas desconectadas das determinações sociais fundamentais.

Assim, o percurso analítico parte do abstrato ao concreto: das contradições gerais da reprodução social capitalista às manifestações concretas observáveis nas paisagens alimentares e no estudo de caso. Essa abordagem assegura que os achados empíricos sejam interpretados como expressão de processos históricos e estruturais, e não como características isoladas de um território específico.

5.2 Estratégia Metodológica Geral

A estratégia metodológica articula diferentes técnicas e procedimentos analíticos, compondo uma investigação multimetodológica coerente com os princípios dialéticos. O objetivo é integrar: - análise documental e análise de políticas públicas;- análise de conteúdo para sistematização de categorias e discursos institucionais;- análise espacial para identificar padrões territoriais;- tipologias comerciais autorais para leitura dos sistemas de abastecimento;- entrevistas e observação direta para apreensão de práticas alimentares;- estudo de caso orientado por abordagem híbrida (Yin + dialética);- triangulação metodológica para construção de sínteses explicativas. Essa integração assegura densidade teórica, rigor empírico e profundidade interpretativa.

A análise documental e a análise de conteúdo permitem captar categorias institucionais, racionalidades estatais e diretrizes que orientam as políticas públicas, enquanto a análise espacial revela desigualdades e padrões territoriais. As entrevistas e o trabalho de campo fornecem elementos qualitativos fundamentais para compreender práticas e experiências cotidianas. A tipologia comercial autoral estrutura a leitura dos sistemas de abastecimento, permitindo identificar dinâmicas de acesso, preços, formatos comerciais e desigualdades socioespaciais.

5.2.1 Análise Documental

A análise documental consiste no exame sistemático de legislações, normativas, relatórios, diagnósticos, planos e materiais institucionais relacionados às políticas públicas de combate à fome e aos sistemas alimentares. Serão analisados documentos do SISAN,

LOSAN, MDS, PAA, Alimenta Cidades, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, CRAS, entre outros. A análise tem três objetivos principais:

1. Identificar categorias institucionais e concepções de segurança alimentar que orientam a atuação estatal.
2. Compreender racionalidades políticas, técnicas e administrativas que estruturam programas e ações.
3. Mapear territorialidades das políticas públicas, evidenciando formas de implantação e suas desigualdades.

Essa etapa fundamenta a construção do corpus que será submetido à análise de conteúdo (Bardin), permitindo identificar padrões discursivos e contradições institucionais.

5.2.2 Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo será conduzida conforme o método clássico de Laurence Bardin, estruturada em três etapas fundamentais:

1. Pré-análise:- levantamento e organização do corpus documental; leitura flutuante; definição das unidades de registro e contexto; formulação de hipóteses e objetivos.

2. Exploração do material:

Codificação sistemática; categorização temática; identificação de núcleos de sentido; estruturação de eixos analíticos.

3. Tratamento e interpretação: identificação de regularidades e contradições; articulação entre discursos institucionais e práticas territoriais; integração dos achados ao quadro teórico-metodológico.

A análise de conteúdo permitirá compreender racionalidades estatais, prioridades institucionais, tensões internas às políticas públicas e convergências entre discurso e prática territorial.

5.2.3 Estudo de Caso

O estudo de caso adotará abordagem híbrida: Yin assegura rigor, replicabilidade, clareza de variáveis e consistência metodológica. O método dialético permite compreender o caso como expressão da totalidade social, evitando localismos e interpretações isoladas.

Essa articulação possibilita: leitura profunda das dinâmicas territoriais; explicação das contradições estruturais manifestas no espaço; compreensão da política pública como mediação entre Estado, mercado e reprodução social.

5.2.4 Classificação de Tipologias Comerciais

A tipologia comercial é estruturada em três eixos:

1. Natureza da oferta: variedade, precibilidade, origem dos alimentos, escala de comercialização.

2. Estrutura organizacional: grau de formalização, integração em circuitos longos ou curtos, logística e funcionamento interno.

3. Grau de acesso: preços, formas de pagamento, acessibilidade espacial, barreiras simbólicas ou culturais. Aplicação desta tipologia permitirá: classificar estabelecimentos; interpretar desigualdades; relacionar oferta alimentar a vulnerabilidades territoriais; integrar empiria e análise espacial.

5.2.5 Análise Espacial

Ferramentas: SIG (QGIS/ArcGIS), Kernel Density, LISA, buffers, indicadores compostos. Objetivos: identificar desertos, pântanos e oásis alimentares; relacionar oferta e vulnerabilidade socioeconômica;- analisar efeitos territoriais das políticas públicas;- integrar dados empíricos às paisagens alimentares.

5.2.6 Pesquisa de Campo

Inclui:- observação direta de estabelecimentos e paisagens alimentares; registros fotográficos e descritivos; entrevistas semiestruturadas com usuários, gestores, agricultores e trabalhadores do comércio;- critérios de saturação teórica; transcrição e codificação das entrevistas. A pesquisa de campo é fundamental para captar dimensões qualitativas das práticas alimentares e da experiência territorial.

5.2.7 Triangulação Metodológica

A triangulação articula: análise documental; análise de conteúdo; dados espaciais; tipologias comerciais; entrevistas e observação direta. A síntese dialética resultante

permite: compreensão totalizante das paisagens alimentares; análise crítica das políticas públicas; explicação das desigualdades estruturais e suas expressões territoriais.

6 CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS

A pesquisa apresenta contribuições relevantes para o avanço da geografia crítica, dos estudos urbanos e do campo emergente da geografia alimentar. Ao analisar a fome como fenômeno estrutural e as paisagens alimentares como sínteses socioespaciais, o projeto amplia o alcance teórico do debate sobre alimentação, segurança alimentar e políticas públicas. A integração entre método dialético, estudo de caso, análise espacial, tipologias comerciais e análise de conteúdo constitui uma inovação metodológica de grande potencial replicável. O estudo também contribui para qualificar o entendimento das políticas públicas de combate à fome, oferecendo interpretações críticas sobre seu papel, seus limites e suas mediações no território urbano.

6.1 Impacto Acadêmico

O impacto acadêmico esperado inclui: produção de novos referenciais teóricos para a geografia alimentar crítica; consolidação da abordagem das paisagens alimentares como categoria de análise socioespacial; fortalecimento de redes de pesquisa nacionais e internacionais; publicação de artigos em periódicos qualificados (A1, A2, B1); participação em congressos e simpósios relevantes (EGAL, SINGEU, ENANPUR, entre outros); formação de estudantes de graduação e pós-graduação em temas de alta relevância científica.

O projeto contribuirá para posicionar a UFPel e o LEUR como referências nacionais no estudo crítico dos sistemas alimentares e das desigualdades urbanas.

6.2 Impacto Social

O impacto social refere-se ao potencial de transformação das políticas públicas e das práticas sociais vinculadas à segurança alimentar. Os resultados poderão subsidiar: - gestores municipais e estaduais na implementação de políticas territorializadas; conselhos de segurança alimentar e nutricional (CONSEA);- entidades e movimentos sociais envolvidos no combate à fome;- organizações comunitárias em práticas de abastecimento solidário;- agricultores familiares e atores dos circuitos curtos de comercialização.

A pesquisa permitirá compreender como programas como o PAA, Alimenta Cidades e cozinhas comunitárias influenciam o território e podem contribuir para reduzir vulnerabilidades.

6.3 Formação De Recursos Humanos

O projeto prevê a formação de estudantes em diferentes níveis:
- Iniciação científica: participação em mapeamentos, análises espaciais e campo;

Mestrado: desenvolvimento de análises específicas sobre políticas públicas ou paisagens alimentares;

Doutorado: aprofundamento teórico-metodológico e contribuições originais ao campo;

Egressos: integração em redes de pesquisa e extensão.

A formação de RH contribui para consolidar uma comunidade acadêmica crítica e qualificada, ampliando a capacidade da universidade de produzir conhecimento socialmente relevante no tema da alimentação e da urbanização.

7 CRONOGRAMA (36 meses)

ANO 1 – FUNDAMENTAÇÃO, LEVANTAMENTOS E INÍCIO DA ANÁLISE

1º Semestre: Revisão teórica aprofundada: fome estrutural, paisagens alimentares, políticas públicas. Consolidação do referencial metodológico (dialética + Yin). Levantamento e organização do corpus documental (SISAN, LOSAN, PAA, Alimenta Cidades etc.). Definição das unidades analíticas e recorte do estudo de caso.

2º Semestre: Análise documental sistemática. Primeira etapa da análise de conteúdo (pré-análise e categorização inicial). Construção da base espacial: delimitação das

paisagens alimentares, camadas e variáveis. Planejamento detalhado do trabalho de campo. Início das observações exploratórias.

ANO 2 – TRABALHO DE CAMPO, ANÁLISE ESPACIAL E CONSOLIDAÇÃO DE DADOS

1º Semestre: Realização do trabalho de campo: observação direta, registros, entrevistas. Continuidade da análise de conteúdo (exploração e codificação). Aplicação da tipologia comercial autoral ao território estudado. Início das análises espaciais (Kernel Density, LISA, buffers).

2º Semestre: Conclusão da análise de conteúdo (interpretação final). Conclusão da análise espacial. Integração entre empiria, análise documental e espacial. Triangulação metodológica. Início da elaboração dos primeiros produtos acadêmicos (artigos preliminares e relatórios).

ANO 3 – SÍNTESE, PRODUÇÃO ACADÊMICA E DIVULGAÇÃO

1º Semestre: Construção das sínteses teóricas e empíricas. Redação de artigos científicos (teórico, metodológico e empírico). Elaboração do Atlas ou Relatório Cartográfico das Paisagens Alimentares. Produção de materiais de divulgação científica e relatórios técnicos.

2º Semestre: Consolidação final dos resultados da pesquisa. Redação e submissão de artigos. Participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais. Preparação da versão final do relatório de pesquisa. Encerramento das atividades e planejamento de desdobramentos futuros.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste projeto reafirmam a centralidade da fome como fenômeno estrutural das sociedades capitalistas e a necessidade de abordá-la em perspectiva crítica, integrada e territorializada. A análise proposta articula dimensões teóricas, metodológicas e empíricas para compreender como as políticas públicas de combate à fome — inscritas em uma totalidade social contraditória — se materializam no espaço urbano, reorganizando ou reproduzindo desigualdades alimentares.

A leitura das paisagens alimentares como sínteses socioespaciais permite interpretar a alimentação para além da oferta, acesso ou logística, compreendendo-a como prática social mediada por classe, renda, trabalho, urbanização, políticas públicas e dinâmicas culturais. Essa interpretação revela a densidade histórica e geográfica das desigualdades, destacando sua vinculação profunda com processos estruturais da reprodução social capitalista.

A combinação metodológica adotada — análise documental, análise de conteúdo, análise espacial, tipologias comerciais, estudo de caso e triangulação — constitui um caminho robusto para revelar contradições, mediações e expressões territoriais das políticas de combate à fome. Espera-se que os resultados contribuam para o avanço teórico da geografia alimentar crítica, para o refinamento do debate sobre políticas públicas e para a construção de estratégias institucionais mais eficazes.

Ao final, reafirma-se o compromisso científico e social deste projeto: produzir conhecimento rigoroso, teoricamente fundamentado e socialmente relevante, capaz de dialogar com instituições, movimentos sociais e comunidades, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades que atravessam a alimentação no Brasil contemporâneo.

9 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

BRASIL. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

RIBEIRO JÚNIOR, José. Alienação e práticas alimentares. Campinas: Unicamp, 1984.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – PROJETO PQ CNPq 23/2025

Título do Projeto: Análise territorial das políticas públicas de combate à fome, paisagens alimentares e abastecimento

Proponente: Sidney Gonçalves Vieira (UFPel | LEUR)

Contexto e lacuna

A persistência da fome e das desigualdades no acesso a alimentos exige uma leitura territorial das mediações entre Estado, mercado e reprodução social que configuram paisagens alimentares e sistemas de abastecimento. Embora políticas públicas de combate à fome sejam amplamente difundidas e reconhecidas, ainda são relativamente escassas avaliações sistemáticas com recorte territorial capazes de aferir efeitos concretos sobre o abastecimento urbano e as desigualdades intraurbanas de acesso. Este projeto enfrenta essa lacuna ao articular paisagens alimentares, sistemas de abastecimento e avaliação territorial de políticas públicas, tomando Pelotas/RS (cidade média) como estudo de caso principal.

Pergunta central

Em que medida políticas públicas de combate à fome reordenam (ou não) o território do abastecimento e das desigualdades socioespaciais?

Objetivo geral (síntese)

Analisar, em perspectiva territorial, os efeitos (mudanças, limites e permanências) de políticas públicas de combate à fome sobre as paisagens alimentares e os sistemas de abastecimento, examinando como tais efeitos incidem na produção e reprodução de desigualdades socioespaciais de acesso a alimentos no espaço urbano.

Entregas verificáveis (produtos do projeto)

Produto/Entrega	Uso/Aplicação (para quem serve)
1) Mapas e cartografias diagnósticas das paisagens alimentares e do abastecimento (oferta, circuitos/modalidades, acessibilidade/barreiras e vulnerabilidades), com recortes intraurbanos	Identificação de desigualdades territoriais, áreas prioritárias e padrões de vulnerabilidade; subsídio ao planejamento urbano e à SAN
2) Atlas/portfólio cartográfico digital (ou caderno cartográfico) com sínteses interpretativas e legendas analíticas	Comunicação qualificada dos achados para gestores, conselhos de SAN e sociedade civil;

	instrumento de devolutiva e educação territorial
3) Matriz de avaliação territorial das políticas de combate à fome (capilaridade, governança, público-alvo, articulação com abastecimento e efeitos sobre desigualdades), aplicada ao estudo de caso	Monitoramento e avaliação comparável entre iniciativas; apoio a ajustes de desenho e implementação de políticas
4) Banco de dados georreferenciado (pontos/equipamentos + tipologia + variáveis socioespaciais), documentado e atualizável	Base replicável para atualização periódica, comparações intraurbanas e continuidade da pesquisa/gestão
5) Relatório e nota técnica com recomendações territorializadas + devolutivas a gestores e Conselhos de SAN	Subsídios práticos para tomada de decisão, priorização territorial e aprimoramento das ações
6) Produção acadêmica: artigos submetidos e comunicações em eventos (inclui avaliação crítica das políticas)	Disseminação científica, consolidação de agenda e fortalecimento de redes nacionais/internacionais

Palavras-chave: Paisagens alimentares; Políticas públicas; Sistemas de abastecimento; Fome; Desigualdades socioespaciais.

Figura 1 - Arquitetura do projeto e instrumento de avaliação territorial



O fluxograma sintetiza como o projeto integra diferentes frentes (documental, empírica, qualitativa e espacial) para produzir instrumentos avaliativos e produtos territorializados aplicáveis ao monitoramento de políticas de combate à fome.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Figura 2 – Matriz de avaliação territorial das políticas (template, escala 0–2)

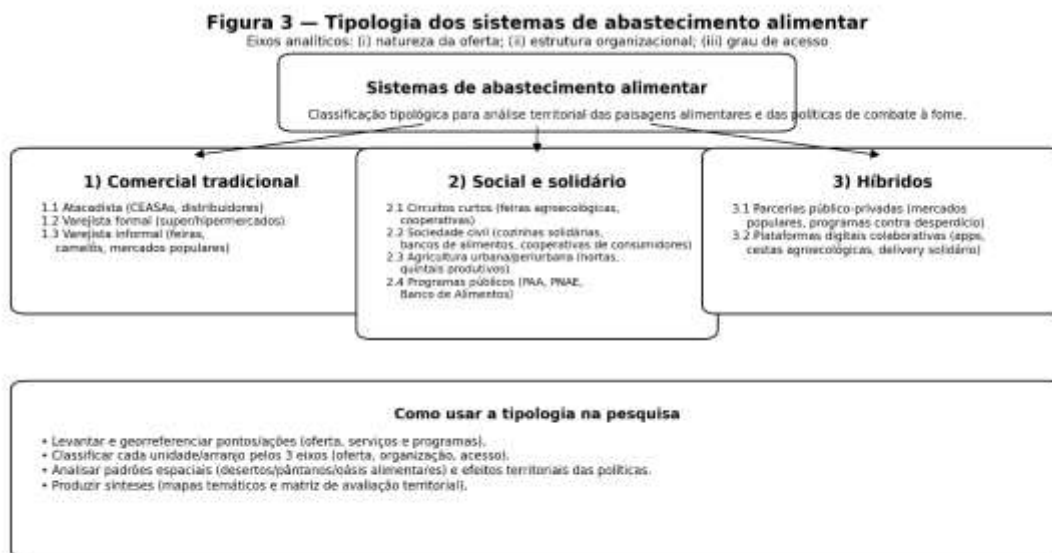
Dimensão/critério	Pergunta avaliativa (o que observar?)	Indicadores/variáveis (exemplos)	Escala (0–2)	Evidências / fontes
Capilaridade territorial	Onde a política chega? Cobre áreas de maior vulnerabilidade?	cobertura por bairros/setores; distância/tempo até o serviço; densidade de pontos	0–2	cadastros/relatórios; georreferenciamento; SIG
Público-alvo e alcance	Quem é atendido e em que volume? O público coincide com a vulnerabilidade territorial?	critérios e perfil; volume atendido; frequência/recorrência; barreiras de acesso	0–2	dados administrativos; entrevistas; observação
Governança e implementação	Como se organiza a execução local? Há coordenação intersetorial e continuidade?	arranjos institucionais; parcerias; estabilidade; capacidade operacional	0–2	documentos; atas; entrevistas com gestores/conselhos
Articulação com o abastecimento	A política se integra aos circuitos locais de abastecimento?	compras públicas; logística; vínculo com produção local; conexão com feiras/mercados/varejo	0–2	contratos/PAA; mapeamento de atores; entrevistas; campo
Efeitos territoriais (acesso/desigualdades) (antes/depois)	Produz mudanças observáveis no acesso a alimentos? Onde e para quem?	acessibilidade; barreiras; vulnerabilidade; mudanças intraurbanas	0–2	SIG; séries; surveys/entrevistas; triangulação
Limites, contradições e permanências	Quais limites estruturais e seletividades	descontinuidades; cobertura insuficiente;	0–2	triangulação: documentos + campo + entrevistas

Dimensão/critério	Pergunta avaliativa (o que observar?)	Indicadores/variáveis (exemplos)	Escala (0-2)	Evidências / fontes
	territoriais persistem?	dependências; seletividade espacial		

Definição da escala (0 = inexistente/insuficiente (não atende ao critério ou é residual); **1 = parcial** (atende de forma limitada/heterogênea); **2 = consistente** (atende de modo robusto e territorialmente adequado).

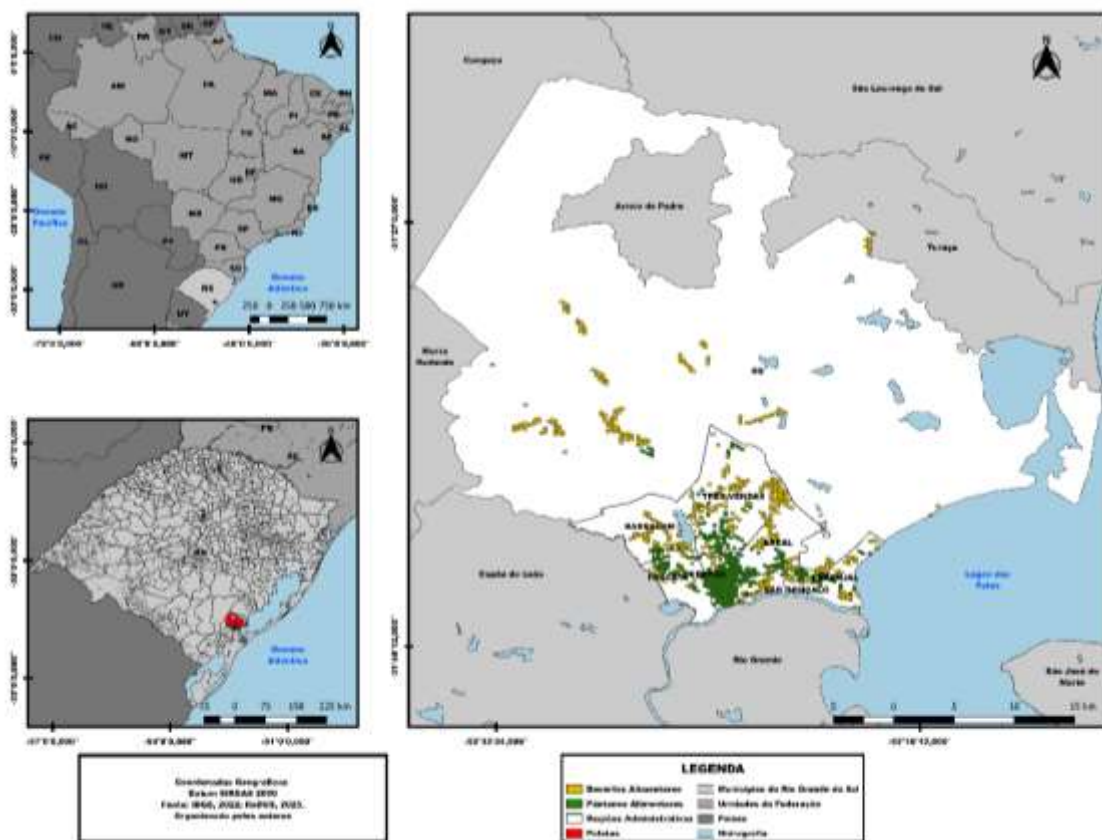
Template para avaliação territorial comparável de políticas de combate à fome. O preenchimento será realizado ao longo do projeto com base em triangulação de evidências (documentos, dados administrativos, campo, entrevistas e análise espacial em SIG).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Figura 4 - Pelotas/RS — Desertos e pântanos alimentares (classificação segundo critério do MDS, 2025)



Distribuição espacial de pontos classificados como “deserto alimentar” e “pântano alimentar” no perímetro urbano (por regiões administrativas) e município de Pelotas. **Nota:** classificação segundo metodologia do **MDS, 2025**. **Base cartográfica:** IBGE (malhas/limites). **Elaboração:** LEUR/UFPeI, 2025.

O mapa orienta a seleção de áreas prioritárias e subsidia a avaliação territorial da capilaridade e efetividade das políticas de combate à fome. A partir dos resultados da pesquisa, será possível cruzar esses diagnósticos com dados socioeconômicos (setores censitários) e de oferta alimentar (base do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, CNEFE/IBGE) para qualificar o planejamento e orientar o ajuste espacial das ações públicas. No projeto, ‘deserto’ indica rarefação/baixa oferta e ‘pântano’ indica predominância de oferta ultraprocessada, conforme o MDS.